

PRODUÇÃO DE EVIDÊNCIAS • SETEMBRO 2019

Mais integral, mais oportunidades

Um estudo sobre a trajetória dos egressos
da rede estadual de ensino de Pernambuco



PRODUÇÃO DE EVIDÊNCIAS

Setembro 2019

Organização

Instituto Sonho Grande

Presidência

Igor Lima

Ana Paula Pereira

Pesquisa

Helena Lima

Carolina Moraes

Análise estatística

Laboratório de Pesquisa e Avaliação em Aprendizagem
da Fundação Getúlio Vargas (LEARN/FGV)

Execução operacional

Oportunidades Pesquisa e Estudos Sociais (OPE Sociais)

Produção editorial

Talita Nascimento

Fernanda Porto Tripoli

Projeto gráfico e diagramação

Estúdio Labirinto

Imagens

Danilo Cordeiro Giunchetti

Revisão

Goretti Tenorio

AGRADECIMENTOS

Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco
Estudantes da rede pública estadual de Pernambuco



contato@sonhogrande.org



Apresentação

O INSTITUTO SONHO GRANDE é uma instituição sem fins lucrativos que trabalha para a melhoria da qualidade de aprendizagem dos jovens do Ensino Médio público brasileiro, com o objetivo de alcançar resultados semelhantes aos melhores sistemas educacionais do mundo e reduzir as desigualdades socioeconômicas no país. Para tanto, uma das nossas estratégias envolve a análise de políticas e programas educacionais, buscando evidências de quais elementos têm influência na melhoria da aprendizagem dos estudantes. Desse modo, considerando que o Ensino Médio integral procura desenvolver o jovem na sua integralidade, reunindo aspectos cognitivos e socioemocionais, buscamos explorar, neste relatório, a trajetória dos egressos das escolas estaduais de Pernambuco, concluintes do Ensino Médio entre 2009 e 2014. O objetivo da análise é tentar compreender como é a vida atual desses jovens egressos do Ensino Médio público, analisando, dentre outros aspectos, as seguintes dimensões: escolaridade, renda e equidade. Esperamos que este material contribua para o fortalecimento do conhecimento e debate acerca do Ensino Médio integral no Brasil.

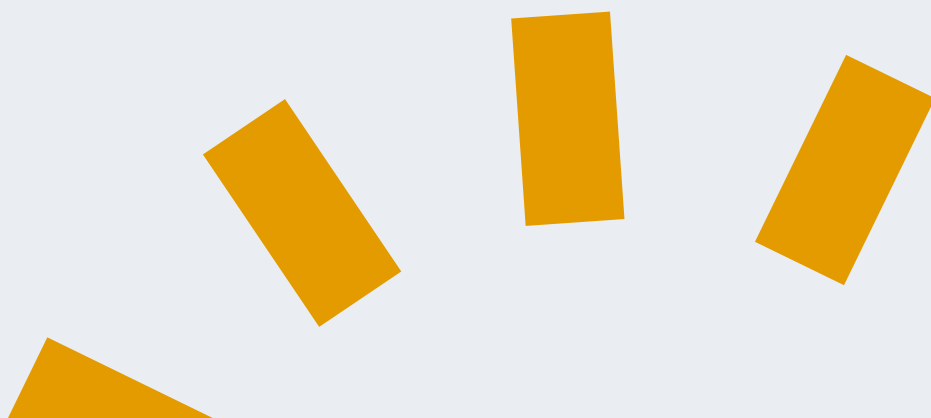
Boa leitura!

Equipe Instituto Sonho Grande



A importância da educação na redução das desigualdades sociais

Apesar de décadas de políticas sociais e iniciativas mundialmente referenciadas para redução das disparidades socioeconômicas, o Brasil ainda permanece como um dos países mais desiguais do mundo.





Fachada da Escola de Referência em Ensino Médio Santa Ana (Olinda)

UM RELATÓRIO PUBLICADO pelo *World Inequality Database* (2018) analisou o percentual da renda detido por camadas predefinidas da população. Em termos globais, o 1% mais rico da população mundial detém, em média, 20% da renda total. No Brasil, essa realidade é ainda mais impressionante: o grupo 1% mais rico concentra cerca de 28% da renda total do país.

O cenário de alta desigualdade socioeconômica aponta, sob o ponto de vista individual, para uma distinção marcante em termos tanto de sexo quanto de cor/raça, sendo pior a situação para pretos/pardos e mulheres. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios trimestral (PNAD, 2018), no recorte feito por sexo, enquanto homens apresentaram um rendimento médio mensal de R\$ 2.497,00, observou-se, para o sexo feminino, rendimento 22,4% inferior, o equivalente a R\$ 1.938,00. Em termos de raça, o diferencial foi ainda maior. Enquanto brancos ganharam, em

média, R\$ 2.938,00, pretos e pardos ganharam R\$ 1.656,00, ou seja, 43,6% a menos.

Nesse contexto, a educação se destaca como uma das variáveis que mais são afetadas pelos efeitos perniciosos da desigualdade – e cujo impacto se traduz tanto em termos do acesso ao sistema escolar quanto no que tange ao sucesso do estudante no modelo de ensino (alcance educacional¹, proficiência e trajetória regular²). Alves, Soares & Xavier (2016) exemplificam a desigualdade educacional destacando a forte influência de três variáveis sobre o hiato de desempenho: sexo, cor/raça e nível socioeconômico. Segundo os autores, as diferenças de aprendizado entre grupos definidos de acordo com a cor/raça são consideráveis. Não obstante, as diferenças observadas para grupos definidos segundo nível socioeconômico são ainda maiores. Sob o ponto de vista de gênero, os resultados de desempenho escolar mostraram uma forma de desigualdade mais sutil.

1. Relacionado diretamente às taxas de evasão e abandono escolar.
2. Relacionado diretamente às taxas de repetência escolar.

Até a década de 1980, a qualidade educacional era concebida principalmente em termos do acesso à educação. Em decorrência disso, a política educacional, no caso brasileiro, se concentrava na expansão das oportunidades de escolarização para os diferentes públicos. Na medida em que o acesso foi se ampliando e, consequentemente, deixando de ser um problema, a questão central foi se deslocando para a progressão do estudante dentro do sistema de ensino, focando políticas capazes de atrelar a qualidade educacional à redução das taxas de repetência e evasão (OLIVEIRA & ARAÚJO, 2005). A partir dos anos 2000, no entanto, a qualidade passou a ser interpretada em termos de proficiência dos estudantes, em uma perspectiva de diferenciais de rendimento acadêmico e redução das desigualdades.

Segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018), no Brasil, a cada 100 estudantes que ingressam na escola, apenas 59 concluem o Ensino Médio até os 19 anos. De forma positiva, ao longo dos anos, a inserção no ensino superior, para estudantes concluintes do Ensino Médio, foi sendo ampliada pela redução na desigualdade de acesso. De acordo com Salata (2018), enquanto em 2005 a chance de um estudante oriundo de família pobre ingressar no ensino superior era oito vezes menor do que a de seu par advindo de família com melhores condições socioeconômicas, em 2015 essa diferença foi reduzida pela metade.

Apesar dos desafios intrínsecos à realidade do país, a maioria dos brasileiros (89%) reconhece a importância da educação para o desenvolvimento e crescimento nacional, concordando que um ensino de baixa qualidade prejudica o alcance desses objetivos (CNI, 2018). No âmbito individual, a relação entre nível de escolaridade e renda encontra diversos referenciais na literatura. Nesse sentido, Barbosa Filho & Pessoa (2008) postularam que tanto a baixa escolaridade quanto a baixa qualidade do ensino atuam

O estado passou a desenvolver a educação integral em um modelo que buscava aliar a ampliação da jornada escolar diária à melhoria das práticas pedagógicas e de gestão acadêmica.

como elementos causadores de altos índices de pobreza, criminalidade e desemprego no Brasil, gerando um círculo vicioso também refletido em baixos salários.

Em uma das teorias mais referenciadas sobre a correlação entre nível de renda e educação, conhecida como Teoria do Capital Humano e tendo como precursor o trabalho de Mincer (1958), a renda gerada pelo indivíduo é atribuída diretamente à competência individual, sendo, esta última, formada pela educação. Assim, tal como evidenciado por Viana & Lima (2010), admite-se que o capital humano, dimensionado pela educação, se configuraria como a solução potencial para a redução das desigualdades e aumento da produtividade no Brasil.

Pernambuco: um case de sucesso

Entre 2003 e 2004, Pernambuco despontou no cenário nacional como vitrine da educação no país, por implantar um projeto-piloto no intuito de melhorar a qualidade do ensino, aumentando a proficiência dos estudantes e

ampliando o acesso ao sistema escolar, além de reduzir o abandono e a evasão no Ensino Médio. O estado passou a desenvolver a educação integral em um modelo que buscava aliar a ampliação da jornada escolar diária à melhoria das práticas pedagógicas e de gestão acadêmica. Considerou-se, portanto, que o aumento na qualidade da jornada escolar deveria estar acompanhado da extensão em termos quantitativos do tempo que o estudante passa diariamente na escola (DUTRA, 2013; CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2015).

Com a bandeira de fomentar a cidadania e o protagonismo juvenil, Pernambuco conseguiu, por meio do programa, não apenas melhorar o desempenho acadêmico dos jovens, como reduzir as taxas de abandono escolar. Esses parâmetros seriam as âncoras para o desenvolvimento de

estratégias para a formação de jovens autônomos, competentes, solidários e produtivos, qualificados para a continuidade da vida acadêmica, pessoal e profissional (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO, 2019).

Em 2008, a iniciativa pioneira se transformou em política pública a partir da criação do Programa de Educação Integral. A combinação de práticas inovadoras e qualidade educacional não poderia ser diferente: o estado saltou, no ranking nacional do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), do 22º lugar, em 2007, para o primeiro lugar, em 2015. Em 2017, Pernambuco ficou em 3º lugar e, dentre os estados brasileiros, se destacou por apresentar a menor desigualdade de aprendizagem entre estudantes de nível socioeconômico mais baixo e mais alto.





Expansão do modelo: integral como política nacional

Na esteira dos bons resultados alcançados pela iniciativa das escolas pernambucanas, o Ministério da Educação (MEC) sancionou, em 2017, a política de fomento à implementação de escolas de Ensino Médio em tempo integral, representando uma tentativa de melhorar a qualidade do ensino público no Brasil como um todo. Trata-se de uma política criada pela Portaria MEC nº 1.145, de 10 de outubro de 2016, e que teve suas diretrizes estabelecidas em conformidade com a Portaria MEC nº 727, de 13 de junho de 2017. Além de prever a ampliação da formação e dedicação dos docentes, a política incluía pré-requisitos mínimos em termos de infraestrutura das escolas, garantindo

a adequação do espaço físico às necessidades de aprendizagem dos estudantes.

Dentre os critérios de elegibilidade das escolas para participação no programa, destaca-se a alta vulnerabilidade socioeconômica em relação à respectiva rede de ensino. Segundo Alves, Soares & Xavier (2016), a desigualdade de aprendizagem entre grupos de estudantes oriundos de diferentes níveis socioeconômicos cresceu no Brasil nos últimos anos. Quando consideradas diferentes características associadas à exclusão social, tais como sexo, cor/raça e faixas de nível socioeconômico, estudantes submetidos a pelo menos uma das características de maior vulnerabilidade³ apresentam desempenho sensivelmente inferior aos demais.

3. No caso do artigo em questão, considera-se como maior vulnerabilidade: sexo feminino, cor não branca e 5º quintil em termos de nível socioeconômico (NSE). Para estimação do NSE, foram utilizados os itens dos questionários de avaliações realizadas pelo INEP: o SAEB (inclui a Prova Brasil) de 2005 a 2013 e o ENEM de 2007 a 2013. Tal estimação resultou em uma escala representativa do espectro de escolas brasileiras (públicas e privadas) e comparável entre edições.

Ademais, se antes as desigualdades se manifestavam apenas em termos da progressão escolar e do acesso ao ensino público, nos últimos anos, com a expansão do ensino básico, estas têm também se expressado em termos de diferenciais de aprendizagem (QUEIROZ, 2018). A partir da análise de edições da Prova Brasil entre 2005 e 2013, embora o desempenho médio de estudantes advindos de escolas públicas tenha apresentado aumento de quase 20 pontos na escala SAEB de proficiência⁴ — o que equivale aos conhecimentos de cerca de um ano escolar —, a distância de aprendizagem entre certos grupos pode alcançar três anos de escolarização.

No caso do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), por exemplo, o peso dos fatores socioeconômicos sobre os resultados alcançados é de até 85%, como revela um levantamento feito pelo pesquisador Leonardo Sales, mestre em Economia do Setor Público pela Universidade de Brasília (UnB). Segundo o cientista de dados, o estudante pobre, com piores condições socioeconômicas, tem apenas 0,16% de chance de estar entre as melhores notas do Enem.

A tentativa, portanto, consiste em beneficiar estudantes da rede pública, que apresentam, historicamente, resultados piores nos exames nacionais, mediante a promoção da equidade no ensino. A proposta pedagógica do modelo é embasada nos componentes curriculares pleiteados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo incluída uma parte flexibilizada, na qual os estudantes têm a possibilidade de se aprofundarem e especializarem em determinadas áreas de interesse. O intuito, portanto, consiste na busca pela formação integral e integrada do estudante, tanto em termos cognitivos quanto socioemocionais.



Dentre os critérios de elegibilidade das escolas para participação no programa, destaca-se a alta vulnerabilidade socioeconômica em relação à respectiva rede de ensino.

4. Na Prova Brasil, o resultado obtido pelo estudante é apresentado em termos de pontos na escala SAEB, sendo categorizado em quatro faixas de notas: (i) Abaixo do Básico; (ii) Básico; (iii) Adequado; e (iv) Avançado.

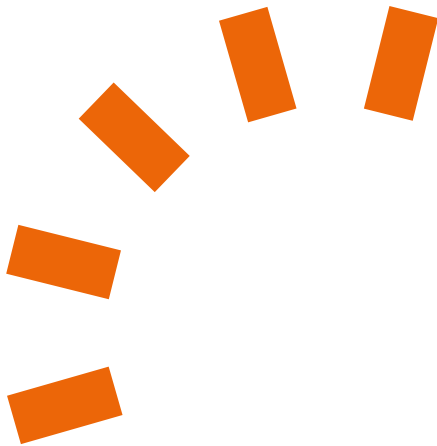
Segundo dados do Censo Escolar 2018, as matrículas em tempo integral do Ensino Médio, ou seja, de estudantes que permanecem pelo menos 7 horas diárias em atividades escolares, passaram de 7,9%, em 2017, para 9,5%, em 2018. A meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE) é de atender, até 2024, pelo menos 25% dos estudantes da educação básica em tempo integral. Trata-se, portanto, de um modelo de gestão

escolar que vem despertando, cada vez mais, a atenção e o interesse de diferentes atores da sociedade civil, do setor público e também do meio privado, avivando a necessidade de se produzirem evidências empíricas representativas, capazes de traduzir, de forma palpável, os benefícios da transição de uma educação parcial para uma educação integral. ●

2

Pesquisa: escopo e metodologia

Nesse sentido, foi desenvolvido um estudo com o intuito de investigar a trajetória dos egressos das escolas estaduais de Pernambuco, concluintes do Ensino Médio entre 2009 e 2014, englobando tanto escolas no regime parcial quanto integral. O rastreamento desses ex-estudantes incorporou questões relacionadas à escolaridade, renda, trabalho, produtividade, além de quesitos socioemocionais. O objetivo era, portanto, responder à seguinte pergunta: “Como é a vida hoje dos egressos das escolas estaduais de Pernambuco?”.



Seleção da amostra

Para a realização das análises, foi desenvolvido um pareamento de estudantes. A amostra consistiu em 2.814 respondentes, sendo 1.655 egressos de escolas parciais, 787 egressos de escolas integrais e 372 egressos de escolas em fase de conversão. Estas últimas se referem a escolas cujo estudante em questão não estudou no integral, embora, no momento em que se encontrava na escola, ela já possuísse turmas nessa modalidade⁵. No total, para atingir o número obtido de respondentes, foram feitos 33.834 contatos via telefone – dado que houve um grande volume de números errados, caixa postal/ocupado/fora de área, recusas e/ou não identificação do egresso.

Estratégias metodológicas

A metodologia escolhida para o pareamento foi baseada no método conhecido como *Propensity Score Matching*, no qual um grupo de controle, similar ao grupo de tratamento, é determinado, tendo como base a distribuição de variáveis

observadas. A mensuração do impacto de um determinado programa é feita, nesse sentido, a partir da diferença observada entre o grupo de tratamento, composto por indivíduos beneficiários do programa, e o grupo de controle, composto por indivíduos não beneficiários.

O *matching* por meio do *propensity score* é essencialmente um método de ponderações, permitindo determinar quais serão os pesos atribuídos aos indivíduos do grupo de controle na estimação do efeito do tratamento. A escolha pelo pareamento de estudantes semelhantes em termos de características iniciais observáveis foi feita para que houvesse uma maior aproximação entre os indivíduos analisados em relação aos pontos de partida, de modo que os resultados alcançados, se diferentes, pudessem induzir a reflexões acerca do impacto das escolas integrais.

Uma das principais limitações do *Propensity Score Matching* diz respeito ao balanceamento do modelo, que, neste caso, leva em consideração apenas covariáveis observáveis, enquanto, na randomização completa, são consideradas tanto as observadas quanto as não observadas.

Apesar da existência de limitações em se utilizar essa metodologia, considera-se que, no estudo em questão, tenha sido a opção mais adequada. De posse de um grupo de tratamento, composto por egressos de escolas integrais, e de um grupo de controle, composto por egressos de escolas parciais, os impactos foram mensurados a partir da diferença observada entre os grupos, após o controle em características observáveis, tais como idade, sexo, raça, escolaridade da mãe e efeito fixo do ano de conclusão do Ensino Médio.

É importante ressaltar que, neste estudo, para

⁵. Há dois modelos de implementação possível para os estados: simultânea, com a conversão de todas as turmas e séries ao mesmo tempo, e gradual, em que a mudança ocorre em uma série por ano.

fins de análise, o grupo de controle foi composto por egressos de escolas parciais que, de fato, participaram da pesquisa por telefone, tendo a metodologia de *Propensity Score Matching* o papel de atribuir, a cada um dos egressos, diferentes probabilidades de ser classificado como pertencente ao grupo de tratamento, ou seja, de ter frequentado uma escola integral. Além disso, cabe destacar a possibilidade de ocorrência de viés de seleção na amostra. Embora tenha sido realizado um importante trabalho no sentido de produzir uma amostra final representativa dos estudantes do Ensino Médio de Pernambuco, tomando tantas escolas integrais quanto parciais, não é possível garantir que as pessoas que participaram das entrevistas pelo telefone são semelhantes às pessoas que não puderam ser contactadas ou não concederam entrevista.

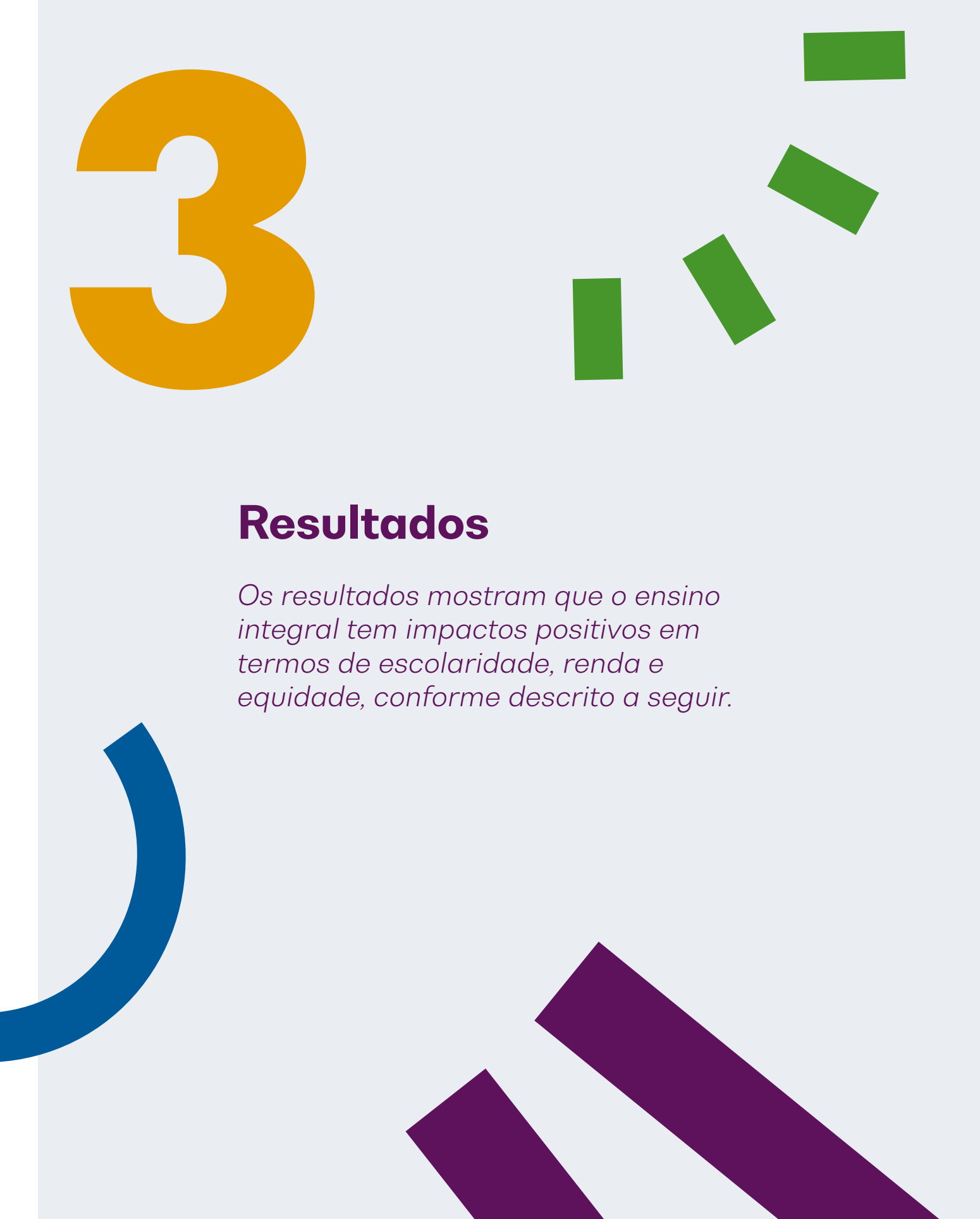
Além disso, foram também realizadas simulações de renda, por meio do cálculo do aumento esperado da renda média de cursar o Ensino Médio integral. Essa análise foi feita em três etapas:

1. Imputação da renda para estudantes que ainda estão cursando o ensino superior ou irão cursar, replicando distribuição de renda dos formandos;
2. Em cada simulação, o grupo de estudantes em cada faixa de renda é diferente;
3. Cálculo da média de 200 simulações.

A pesquisa foi realizada, essencialmente, em três fases distintas e, por vezes, concomitantes. A primeira delas consistiu em ligações telefônicas organizadas em um *call center*, onde as campanhas eram rotacionadas e todos os pesquisadores contactavam egressos tanto do parcial quanto do integral. A segunda etapa foi caracterizada pela fase da pesquisa domiciliar,

A metodologia escolhida para o pareamento foi baseada no método conhecido como Propensity Score Matching, no qual um grupo de controle, similar ao grupo de tratamento, é determinado, tendo como base a distribuição de variáveis observadas.

na qual seis pesquisadores treinados foram a campo. Uma amostra composta por 300 egressos selecionados de modo aleatório foi escolhida, dentro de um quantitativo significativo em cada um dos grupos definidos, na tentativa de encontrar e entrevistar esses egressos para validar os resultados encontrados no *call*. Por fim, a terceira etapa consistiu na realização de 6 grupos focais, sendo 2 em Petrolina e 4 em Recife. No total, foram realizados 3 grupos focais para o tratamento e 3 para o controle. Nas próximas seções, serão destacados *quotes* referentes a falas de egressos do ensino integral, mencionadas nos grupos focais realizados. ●



3

Resultados

Os resultados mostram que o ensino integral tem impactos positivos em termos de escolaridade, renda e equidade, conforme descrito a seguir.

Mais escolaridade

De acordo com a análise, a probabilidade de ingressar no ensino superior é 17 pontos percentuais⁶ maior para indivíduos formados em escolas integrais – enquanto os estudantes dessa amostra formados nas escolas de tempo parcial apresentam 46% de probabilidade de entrar no ensino superior, no caso de egressos de escolas de tempo integral da amostra essa probabilidade sobe para 63%.

Ainda em termos de escolaridade, egressos de escolas integrais apresentaram probabilidade 9 pontos percentuais⁷ maior de ingressar em uma instituição pública. Em um exercício de dividir a amostra pela metade, obtendo um grupo dos formados entre 2009 e 2011 – os mais velhos – e um grupo dos formados entre 2012 e 2014 – os mais novos –, os egressos da segunda subamostra, composta pelos formandos mais novos, apresentaram probabilidade de ingressar em uma instituição pública ainda maior, na casa dos 17 pontos percentuais⁸. No entanto, em termos de ingressar em um curso técnico, ex-estudantes de escolas integrais têm uma probabilidade de 10 pontos percentuais⁹ menor em relação aos egressos de escolas parciais.

Mais renda

E não é apenas em escolaridade que os egressos do integral parecem estar à frente. Em termos de renda, é possível perceber um aumento logo no início da carreira, com uma maior probabilidade de indivíduos oriundos de escolas integrais estarem em faixas de renda superiores. A Figura 1 compila as probabilidades de indivíduos em cada grupo de renda, segundo ensino integral e parcial, para a amostra total e a subamostra

“

Em tempo integral, tivemos mais tempo de focar os assuntos; nas escolas que não eram, os conteúdos eram vistos de forma mais superficial e rápida.

”

dos formados entre 2009 e 2011 – os mais velhos. Como pode ser percebido, a probabilidade de estar nas faixas superiores de renda é ainda maior para os egressos mais velhos, que já estão inseridos há mais tempo no mercado de trabalho.

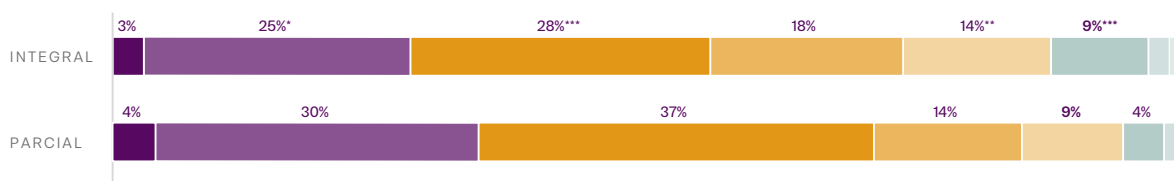
A pesquisa revelou ainda que o ensino integral poderia aumentar o rendimento individual, em média, em R\$ 265,00 – o que corresponde a 18% do salário mensal médio. Esse resultado é ainda mais impressionante pelo fato de que os egressos que compuseram essa pesquisa são, em geral, jovens, tendo, em média, 24 anos. Considerando que a probabilidade de estar nas faixas de renda superiores é maior para os egressos mais velhos, percebe-se que o aumento de renda observado no início da carreira pode ser ainda maior em anos futuros, à medida que esses indivíduos alcancem salários mais elevados. A Tabela 1 apresenta o percentual de egressos do ensino integral e parcial segundo nível de escolaridade e respectivo salário¹⁰.

6. Significativo a 1% 7. Significativo a 5% 8. Significativo a 1% 9. Significativo a 1% 10. Foram assumidas as seguintes premissas: (i) salário médio do ensino parcial segundo observação na amostra, sendo o adicional do ensino integral calculado com metodologias estatísticas; (ii) salário médio do Ensino Médio incompleto considerado como 75% do salário médio do Ensino Médio completo, conforme estimativa do pesquisador Sérgio Firpo (2018), professor do Insper; (iii) percentual de aprovação retirado do Censo Escolar.

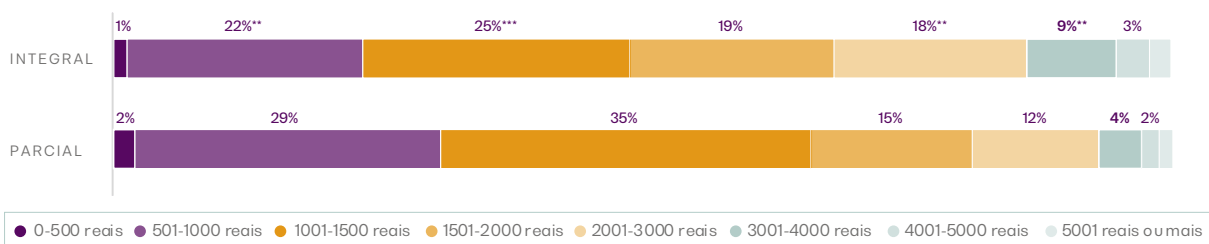


FIGURA 1 • Percentual de egressos do ensino integral e do ensino parcial em cada faixa de renda salarial média, segundo amostra total e amostra dos formados entre 2009 e 2011

CONCLUINTES 2009-2014



CONCLUINTES 2009-2011 (MAIS VELHOS)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos com a pesquisa. *Significativo a 10%. **Significativo a 5%. ***Significativo a 1%

Entre egressos do ensino integral, o ganho salarial de se passar do Ensino Médio incompleto para o Ensino Médio completo é de cerca de R\$ 471,00, enquanto o ganho de transitar para o ensino superior completo é, para esse grupo, de R\$ 463,00, em média. Esses valores, para jovens oriundos do ensino parcial, são sensivelmente

inferiores, sendo de R\$ 329,00 para a conclusão do Ensino Médio e de R\$ 375,00 para a conclusão do ensino superior. Nesse sentido, percebe-se, em ambos os ciclos, um ganho do integral. Para o Ensino Médio, o ganho é de aproximadamente R\$ 143,00, enquanto, para o ensino superior, o ganho alcança quase R\$ 230,00.

TABELA 1 • Distribuição dos egressos de escolas integrais e parciais segundo nível de escolaridade e salário referente a cada categoria abaixo da tabela

PARCIAL			INTEGRAL	
ESCOLARIDADE	% PESSOAS	SALÁRIO	% PESSOAS	SALÁRIO
Ensino Médio incompleto	8.7%	R\$ 979.83	5.7%	R\$ 979.83
Ensino Médio completo	45.4%	R\$ 1 308.42	30.9%	R\$ 1 451.12
Ensino superior completo	46.0%	R\$ 1 683.59	63.4%	R\$ 1 913.69
Salário médio	-	R\$ 1 452.22	-	R\$ 1 717.66

Mais equidade

Além disso, o ensino integral apresentou resultados bastante interessantes em termos de promoção de equidade – ponto crítico para o caso brasileiro, conforme discutido anteriormente. Quando analisada a diferença salarial entre egressos brancos e pretos/pardos, nas escolas parciais, o segundo grupo apresenta ganhos aproximadamente 10% inferiores em relação ao primeiro. Quando considerado o ensino integral, essa diferença é extinta. O integral se mostra potencialmente capaz de reduzir o gap salarial em 13%¹¹, o que representa um percentual superior à diferença previamente existente. Esse dado traz atenção para os benefícios advindos do ensino

integral, com destaque para a promoção da equidade racial e possibilidade de garantir um maior empoderamento de jovens a despeito da etnia, haja vista a maior inter-relação entre professores e estudantes no modelo, bem como o maior protagonismo e engajamento desses jovens.

Não obstante, há também uma diferença salarial em termos de gênero que pode ser observada: mulheres ganham cerca de 23% a menos que homens. Essa diferença não é significativamente reduzida nas escolas de tempo integral. Apesar disso, a pesquisa aponta para um importante movimento de aumento no ingresso de mulheres no mercado de trabalho.

11. Significativo a 5%

Quando consideradas as egressas mais velhas, formadas entre 2009 e 2011, a probabilidade de estarem trabalhando aumenta em 8 pontos percentuais¹² para o caso daquelas que cursaram o ensino integral (FIGURA 2). Trata-se de uma amostra que, considerando o período transcorrido, já teve mais tempo para cursar alguma faculdade e, posteriormente, se inserir no mercado de trabalho¹³.

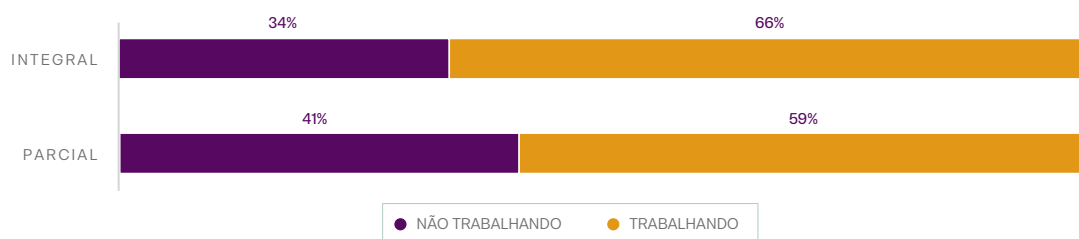
Nesse sentido, pode-se constatar que a educação integral se mostra potencialmente capaz de acelerar o bônus de gênero, promovendo a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho. Trata-se de uma observação relevante, sobretudo em um contexto de transição demográfica, sendo fundamental para contrabalancear o fim do bônus demográfico no Brasil (BAERLOCHER; PARENTE; RIOS-NETO, 2019).

“

*Preparação para a vida;
era muito nos incentivado
a sonhar, que nós podíamos
alcançar nossos sonhos.*

”

FIGURA 2 • Participação no mercado de trabalho de mulheres egressas do Ensino Médio em Pernambuco, entre 2009 e 2011



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos com a pesquisa

¹². Significativo a 10%

¹³. Quando analisada a amostra de egressas formadas entre 2012 e 2014, a probabilidade de estarem inseridas no mercado de trabalho não é alterada pelo ingresso no ensino integral.



Análise descritiva da inserção na área educacional

As diferenças entre egressos de escolas parciais e integrais perpassam também o âmbito da inserção no mercado de trabalho. É interessante notar, como captado pela pesquisa, que ex-estudantes do ensino integral apresentam, em termos descritivos, percentuais maiores de inserção em setores de atividades relacionados à educação, sendo a diferença para os ex-estudantes do ensino parcial tanto maior quanto maior é o nível de escolaridade individual. O Quadro 1 resume os resultados encontrados.

É possível observar que jovens egressos do integral optam, com maior frequência, por carreiras com maior valor agregado, tais como atividades ligadas ao setor financeiro (e menos inserção na área comercial), além de maior presença no setor educacional e de saúde. Essa constatação, potencialmente, será capaz de gerar um círculo virtuoso, trazendo externalidades positivas para jovens que ainda irão se formar e, em seguida, irão se inserir no mercado de trabalho (ANDRADE & MENEZES-FILHO, 2005; BARTALOTTI & MENEZES-FILHO, 2007).

Quadro 1 • Setor de atividade profissional segundo nível de escolaridade para egressos do ensino parcial e integral

SETOR DA ATIVIDADE	ENSINO SUPERIOR COMPLETO		ENSINO SUPERIOR EM CURSO		SEM ENSINO SUPERIOR	
	PARCIAL	INTEGRAL	PARCIAL	INTEGRAL	PARCIAL	INTEGRAL
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	0.45%	0.62%	0.40%	1.32%	0.53%	1.13%
Indústrias extrativas	0.00%	0.00%	0.00%	1.32%	0.89%	1.13%
Indústrias de transformação	1.82%	1.24%	4.37%	3.29%	3.91%	2.82%
Eletricidade e gás	0.91%	0.62%	1.59%	0.66%	1.60%	0.56%
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	0.00%	0.0%	0.00%	0.00%	0.18%	0.00%
Construção	0.91%	1.86%	1.59%	3.29%	2.14%	0.56%
Comércio	22.27%	16.77%	22.22%	23.68%	40.39%	36.16%
Reparação de veículos automotores	0.45%	0.00%	0.40%	0.66%	0.36%	0.00%
Transporte, armazenagem e correio	0.91%	1.86%	3.17%	1.97%	4.98%	4.52%
Alojamento e alimentação	2.27%	0.00%	2.78%	1.32%	3.20%	3.95%
Informação e comunicação	9.55%	8.70%	7.94%	9.21%	4.45%	6.21%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	5.00%	6.83%	3.17%	5.92%	1.07%	0.56%
Atividades imobiliárias	0.45%	0.62%	1.19%	0.66%	0.36%	0.00%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.36%	3.11%	1.98%	2.63%	0.36%	1.13%
Atividades administrativas e serviços complementares	17.27%	12.42%	18.25%	9.87%	9.43%	9.04%
Administração pública, defesa e seguridade social	5.45%	6.21%	6.35%	7.89%	2.49%	5.08%
Educação	5.91%	9.94%	6.75%	8.55%	1.07%	1.69%
Saúde humana e serviços sociais	12.27%	16.77%	8.73%	8.55%	5.69%	6.78%
Artes, cultura, esporte e recreação	1.36%	3.11%	1.19%	0.66%	1.07%	1.69%
Outras atividades de serviços	10.91%	8.70%	7.14%	7.89%	12.99%	13.56%
Serviços domésticos	0.45%	0.62%	0.79%	0.66%	2.85%	2.82%
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.56%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos com a pesquisa



Mural dos sonhos criado por estudantes da Escola de Referência em Ensino Médio Santa Ana (Olinda)

Análise descritiva de características familiares

Além da maior inserção em setores de atividade profissional ligados à educação, os dados sugerem outros pontos interessantes: egressos do ensino integral tendem a se casar mais tarde, assim como adiar a decisão por ter filhos. A Figura 3 mostra que, enquanto 29% dos egressos do ensino parcial tinham filhos, à época da pesquisa, esse percentual cai para 19% para o caso de egressos do ensino integral.

A Figura 4, por sua vez, compila os resultados para o estado civil dos entrevistados. Enquanto 25% dos egressos do parcial se encontravam casados, apenas 18% dos egressos do integral se encontravam na mesma situação. É importante destacar que esses dados são apenas descritivos, não permitindo extrair inferências a respeito de possível relação de impacto e causalidade entre as variáveis.

Figura 3 • Percentual de egressos do ensino integral e do ensino parcial segundo número de filhos, considerando amostra total

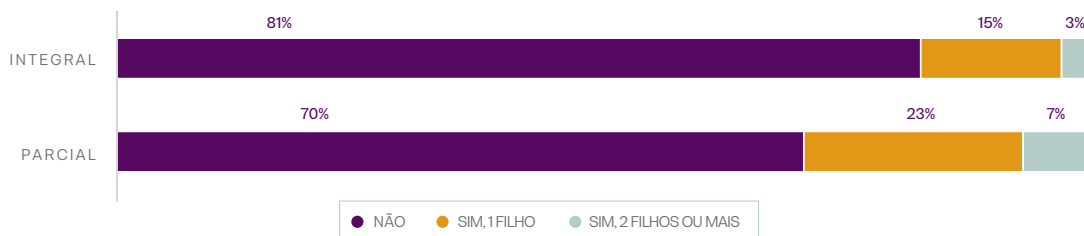
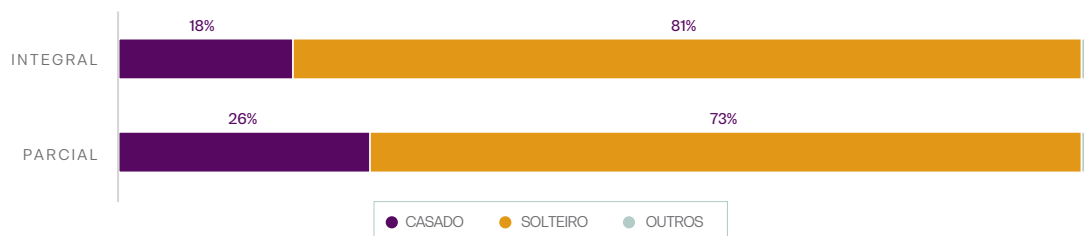


Figura 4 • Percentual de egressos do ensino integral e do ensino parcial segundo estado civil, considerando amostra total



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos com a pesquisa



Fachada da Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano – Cabugá (Recife)

“

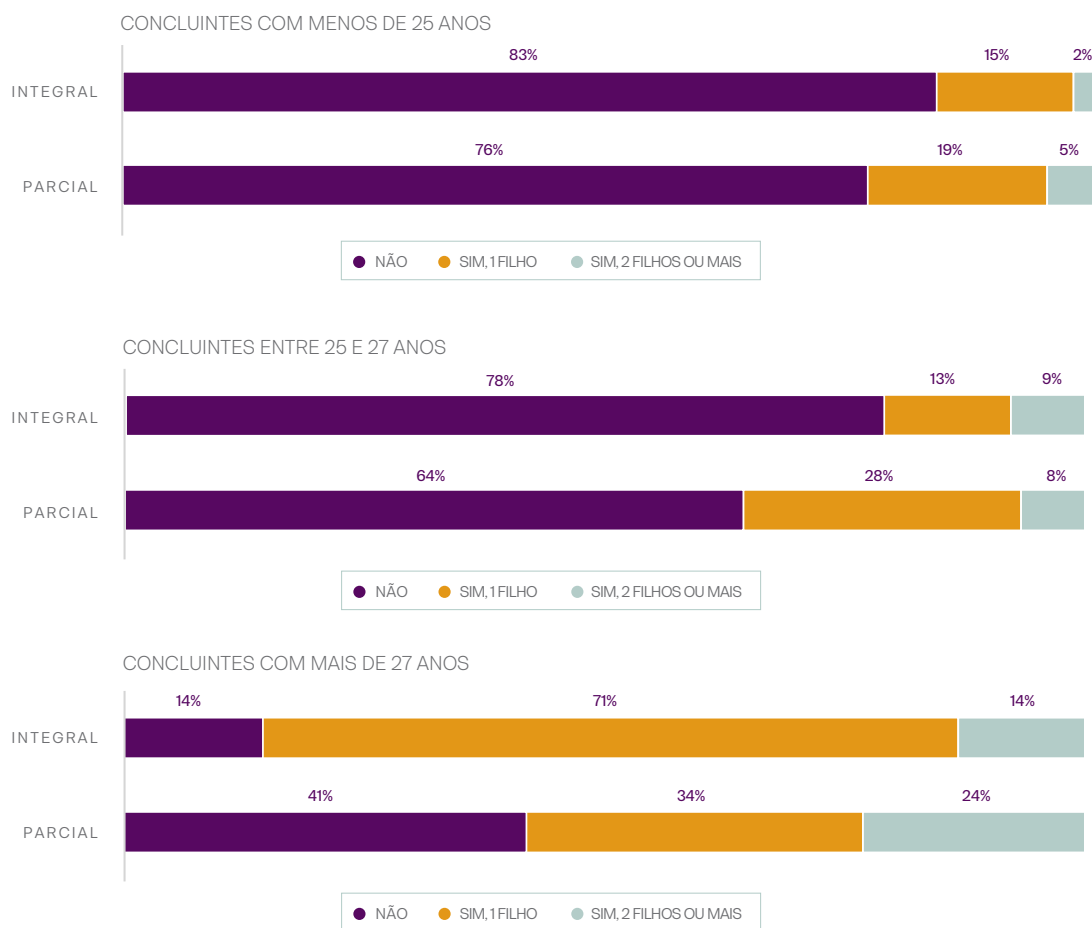
Professores excelentes, ensino voltado para vestibular; tínhamos oficinas de protagonismo juvenil, voltado para estudos para a vida profissional também.

”

Após uma análise considerando a amostra total, as Figuras 5 e 6 apresentam, para um recorte por idade, os resultados referentes a número de filhos e estado civil dos egressos. Pode-se perceber, para o caso do número de filhos (FIGURA 5), que, embora concluintes com menos de 25 anos já apresentem um comportamento que reproduza o observado para a amostra total, tendo 15% dos egressos do integral contra 19% dos egressos do parcial com filhos, a decisão pelo adiamento da

maternidade/paternidade é mais evidenciada entre os concluintes de 25 a 27 anos. Nesse grupo, enquanto 28% dos egressos do ensino parcial têm filhos, apenas 13% dos egressos do integral apresentam o mesmo comportamento. Quando tomados, por sua vez, concluintes maiores de 27 anos, a presença de filhos se inverte entre os grupos, de modo que, enquanto 85% dos egressos do integral tenham pelo menos 1 filho, esse percentual cai para 58% no caso dos egressos do parcial.

Figura 5 • Percentual de egressos do ensino integral e do ensino parcial segundo número de filhos, considerando diferentes cortes de idade



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos com a pesquisa

Já para o caso do estado civil (FIGURA 6), o comportamento mimetiza aquele observado para o número de filhos: o recorte por idade corrobora o comportamento percebido para a amostra total. Nesse caso, foram utilizados os mesmos grupos de idade (menores de 25 anos, entre 25 e 27 anos, maiores de 27 anos).

Quando tomados os concluintes com menos de 25 anos, embora a proporção de casados seja menor para ambos os grupos, a diferença entre eles ainda é pequena: enquanto 17% dos egressos do integral reportaram estarem casados, 22% dos egressos do parcial se encontravam na mesma situação. Embora a diferença seja pequena, já é possível observar que egressos do parcial parecem se casar mais cedo do que egressos do integral.

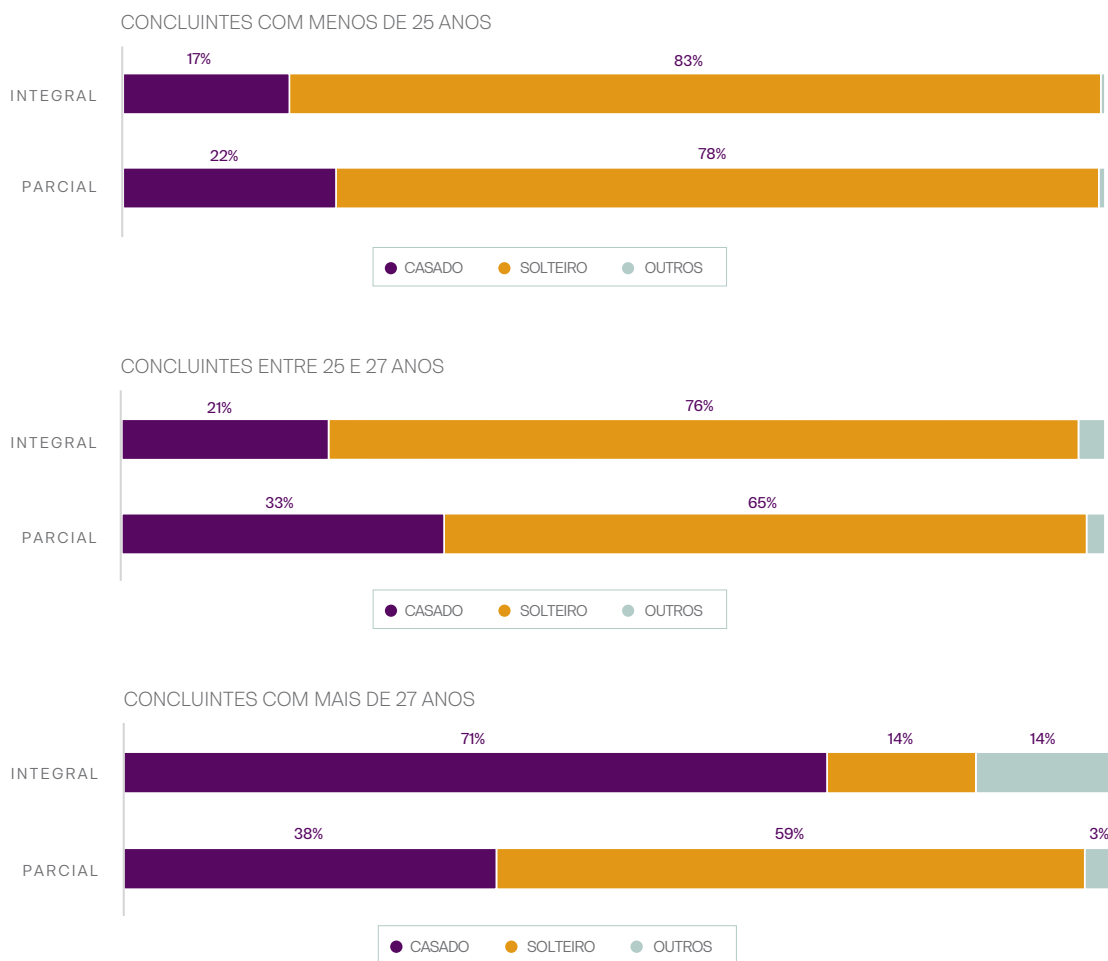
Quando considerados, por sua vez, concluintes entre 25 e 27 anos, a diferença entre casados

para os grupos do integral e parcial cresce consideravelmente: 21% dos egressos do integral se designaram casados contra 33% dos egressos do parcial – o que representa uma diferença de 12 pontos percentuais.

A decisão pelo adiamento do matrimônio é corroborada ao analisar o grupo com mais de 27 anos. Nesse caso, o percentual de casados entre egressos do integral é de 71%, enquanto, para egressos do parcial, esse percentual cai para apenas 38%. Além de evidenciar o adiamento do matrimônio, esses dados revelam que, no caso dos egressos do integral, o aumento no percentual de indivíduos casados é bastante considerável – ao contrário dos egressos do parcial, nos quais a proporção de indivíduos que se casam parece estagnar com o aumento da idade. ●



Figura 6 • Percentual de egressos do ensino integral e do ensino parcial segundo estado civil, considerando diferentes cortes de idade



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos com a pesquisa

4

Considerações finais

O estudo em questão se propôs a analisar os resultados advindos de uma pesquisa com egressos da rede estadual de Pernambuco, formados no Ensino Médio entre os anos de 2009 e 2014 e que frequentaram tanto escolas integrais quanto escolas parciais.

ALÉM DE APRESENTAR OS RESULTADOS ENCONTRADOS,

este estudo contemplou a conjuntura da educação brasileira, discutindo todo o contexto envolvendo o case de sucesso da implantação das escolas de Ensino Médio em tempo integral em Pernambuco, bem como a política de fomento a essas escolas, lançada pelo Ministério da Educação, em 2017.

Os desafios da educação brasileira ainda são muitos, mas garantir a aprendizagem do estudante e sua permanência no sistema escolar – sobretudo no Ensino Médio – continua um entrave à melhoria dos indicadores de fluxo e proficiência. Nesse sentido, o ensino integral tem se mostrado como uma opção de crescente interesse entre as Unidades da Federação, fomentando a busca por aliar qualidade do ensino à inclusão de habilidades socioemocionais e competências do século XXI. Espera-se, dessa forma, que a trajetória futura de jovens que tenham cursado o ensino integral seja diferente – e mais positiva – do que aquela de jovens que frequentaram o ensino parcial.

Os resultados encontrados apontam para ganhos importantes para estudantes que cursaram o Ensino Médio integral. Em termos de escolaridade, enquanto estudantes dessa amostra formados nas escolas de tempo parcial apresentam 46% de probabilidade de entrar no ensino superior, entre egressos de escolas de tempo integral dessa amostra essa probabilidade sobe para 63% – o que representa uma diferença significativa de 17 pontos percentuais.

No âmbito da renda, os resultados mostram que, desde o início da carreira, indivíduos oriundos de escolas integrais apresentam maior probabilidade de estarem em faixas de renda

“

A escola de tempo integral ensina a lidar com qualquer pressão que você possa vir a ter na vida. Foi uma coisa que aprendi quando fui para a empresa.

”

superiores – em média, o ensino integral adiciona R\$ 265,00 à renda individual, o que corresponde a 18% do salário mensal médio.

Não obstante, o resultado mais impactante parece estar relacionado à questão da desigualdade. Nas escolas parciais, quando se analisa a diferença salarial entre egressos brancos e negros, o segundo grupo apresenta ganhos aproximadamente 10% inferiores em relação ao primeiro. Quando considerado o ensino integral, essa diferença não mais existe, ou seja, o integral se mostra capaz de fechar o *gap* da diferença salarial racial.

Tais resultados fornecem subsídios para fomentar ainda mais a defesa do modelo do Ensino Médio em tempo integral, advogando a favor da formação completa do estudante, com sua permanência por mais tempo na escola, para fins de se alcançar a formação desejada. ●

Referências

- ALVES, M. T. G.; SOARE S, J. F.; XAVIER, F. P. Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 4, n. 7, jan./jun., 2016.
- ANDRADE, A. A. S. de.; MENEZES-FILHO, N. O papel da oferta de trabalho no comportamento dos retornos à educação no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 35, n. 2, ago., 2005.
- BAERLOCHER, D.; PARENTE, S. L.; RIOS-NETO, E. Economic effects of demographic dividend in Brazilian regions. **The Journal of the Economics of Aging**, n. 14, 2019.
- BARBOSA FILHO, F. H.; PESSÔA, S. A. **Educação e crescimento**: O que a evidência empírica e teórica mostra? Mimeo, 2008.
- BARTALOTTI, O.; MENEZES-FILHO, N. A relação entre o desempenho da carreira no mercado de trabalho e a escolha profissional dos jovens. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 487-505, out./dez., 2007.
- CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. Pernambuco, uma referência para a educação integral no Ensino Médio. **Programas de Educação Integral**, 2015. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/experiencias/pernambuco-referencia-para-educacao-integral-ensino-medio/>> Acesso em 10 de abr. 2019.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Retratos da Sociedade Brasileira**. Gerência Executiva de Pesquisa e Competitividade, Brasília, Ano 7, n. 42, mar., 2018.
- DUTRA, P. F. V. Educação integral no estado de Pernambuco: uma realidade no Ensino Médio. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública), Faculdade de Educação, Universidade de Juiz de Fora, 99f., 2013.
- EDUCA MAIS BRASIL. Quanto maior a escolaridade, melhores são as oportunidades salariais. **Folha PE online**, 2018. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/parceria%20-educa-mais-brasil/2018/08/14/NWS,77885,70,1179,NOTICIAS,2190-QUANTO-MAIOR-ESCOLARIDADE-MELHORES-SAO-OPORTUNIDADES-SALARIAIS.aspx>> Acesso em 17 de abr. 2019.
- MINCER, J. Investment in human capital and personal income distribution. **The Journal of Political Economy**, vol. 56, n. 4, p. 281-302, ago., 1958.
- OLIVEIRA, R. P. de.; ARAUJO, G. C. de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, jan./abr., 2005.
- QUEIROZ, C. Expansão desigual. **Revista Pesquisa FAPESP**, n. 264, fev., 2018.
- SALATA, A. Ensino Superior no Brasil nas últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 30, n. 2, p. 219-253, 2018.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO. **Educação integral?** Governo do estado de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.educacao.pe.gov.br/porta1/?pag=1&men=70>> Acesso em 10 de abr. 2019.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. 2018. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/_uploads/20180824-Anuario_Educacao_2018_atualiza-do_WEB.pdf?utm_source=conteudoSite> Acesso em 27 de mar. 2019.
- VIANA, G.; LIMA, J. F. de. Capital humano e crescimento econômico. **Interações**, Campo Grande, v. 11, n. 2, p. 137-148, jul./dez., 2010.
- WORLD INEQUALITY DATABASE. **World Inequality Report**. 2018. Disponível em: <<https://wir2018.wid.world/files/download/wir2018-full-report-english.pdf>> Acesso em 22 de mar. 2019.



Instituto
**Sonho
Grande**

www.sonhogrande.org